PODER

Lula: com IA, eleição vai ser 100% de mentira

Na França, presidente enfatiza os riscos da manipulação digital e seus impactos no pleito do ano que vem. Ele defende a criação de mecanismos globais de governança para combater desinformação. AGU analisará nova ação de empresas americanas contra Moraes

» VANILSON OLIVEIRA
» MAIARA MARINHO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alertou para os riscos da manipulação digital por inteligência artificial (IA) e defendeu a criação de mecanismos globais de governança para frear a desinformação. A declaração ocorreu durante a cerimônia em que o chefe do Executivo recebeu o título de doutor honoris causa da Universidade Paris 8, um dos compromissos mais simbólicos da visita oficial dele à França.

No discurso, que durou mais de uma hora, Lula criticou o impacto da tecnologia sobre os processos democráticos em todo o mundo. "Nós estamos inventando uma coisa chamada inteligência artificial. Imagina o que vai ser uma campanha eleitoral com inteligência artificial? Vai ser 100% de mentira", enfatizou.

Lula também anunciou que o tema será tratado na reunião do Brics — grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul —, em 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro. Segundo ele, o objetivo é evitar a concentração do poder tecnológico nas mãos de grandes corporações.

"Em tempos de negacionismo, o saber deve ser garantido como um bem comum. A inteligência artificial está revolucionando o modo de aprendizado, de vida e de proteção. As oportunidades que se abrem são ilimitadas, mas a ausência de regulação das redes digitais só interessa ao extremismo. A cúpula do Brics vai adotar uma governança sobre inteligência artificial", destacou.

Ação contra Moraes

A Advocacia-Geral da União (AGU) acionou, ontem, o escritório do órgão, nos Estados Unidos, para apurar a existência de novas ações judiciais contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

A iniciativa ocorreu após Moraes se tornar alvo de uma nova ação judicial, aberta pelas empresas Rumble e Trump Media & Technology Group na Justiça americana. As companhias querem a responsabilização do magistrado por suposta censura a cidadãos e empresas americanas (**leia Entenda o caso**). O STF não comentou o assunto.

Em fevereiro, as duas companhias apresentaram uma ação nos EUA contra Moraes após o ministro determinar a suspensão da Rumble no Brasil por descumprimento de ordens judiciais. O caso aconteceu após a empresa se negar a bloquear a conta do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, investigado no Brasil por produzir e divulgar notícias falsas.

Especialista em direito penal e internacional, Hanna Gomes afirma que a AGU tem várias vias para atuar dentro de sua competência, uma vez que é a representação jurídica da União (governo federal) e seu papel inclui a defesa dos interesses do Estado brasileiro e de suas autoridades, incluindo juízes federais, em jurisdições estrangeiras quando seus atos oficiais são questionados.

"Assim, a AGU passaria a representar o ministro Moraes, atuando em sua defesa. Isso envolveria apresentar respostas à petição inicial, apresentar argumentos sobre o caso", ressaltou.

Na avaliação da especialista, as ações judiciais contra o ministro do STF têm diferentes significados, "mas não passam de uma tentativa de deslegitimar as decisões brasileiras e enfraquecer a reputação do Judiciário brasileiro, atacando um ministro determinado". Conforme destacou, os efeitos práticos "são muito mais políticos do que legais".

Presidente "acrobata"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve, ontem, na exposição Nosso Barco Tambor Terra*, do artista brasileiro Ernesto Neto, no Museu Grand Palais, em Paris. Ele foi acompanhado do presidente francês, Emmanuel Macron. Durante a visita, o chefe do Executivo brasileiro tentou reproduzir os movimentos de um acrobata que se apresentou no evento. Sem paletó nem sapatos, Lula se deitou no chão e ergueu o corpo, equilibrando-se com os braços. Esta é a primeira viagem de Estado à França de um presidente brasileiro desde 2012 e ocorre durante o ano cultural França-Brasil.*

> **A ausência de regulação das redes digitais só interessa ao extremismo"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

Entenda o caso

"Ordens secretas de censura"

» A empresa Trump Media pediu à Justiça americana a responsabilização do ministro Alexandre de Moraes, do STF, pela emissão de "ordens secretas de censura extraterritorial".

» A ação da empresa e da plataforma de vídeos Rumble alega que Moraes violou a Constituição americana ao aplicar leis do Brasil sobre liberdade de expressão a empresas dos EUA.

» O pedido feito à Justiça americana cita o inquérito que mira o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) como uma evidência do "abuso de autoridade" de Moraes. A pedido da PGR, o parlamentar passou a ser investigado por suposta atuação nos EUA contra autoridades brasileiras.

» Segundo o ofício da Trump Media e Rumble, Eduardo solicitou asilo político em março. Para a PGR, o deputado licenciado tem se dedicado a conseguir do governo americano sanções a integrantes do STF, do Ministério Público e da Polícia Federal com o "intuito de embaraçar o andamento do julgamento" do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, réu na Corte por tentativa de golpe de Estado.

» As empresas querem que a Justiça americana declare as ordens de Moraes "inexequíveis" no território americano, por violarem a Primeira Emenda. As partes também pedem uma indenização e a responsabilidade pessoal do magistrado brasileiro. A ação conjunta tramita em um tribunal da Flórida

Oposição invoca narrativa de "censura" sobre redes

» ISRAEL MEDEIROS

A discussão sobre responsabilizar as redes sociais por conteúdos prejudiciais publicados nas plataformas tornou-se, nos últimos anos, uma queda de braço entre políticos de esquerda e de direita. O líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS), reiterou ontem o discurso bolsonarista de que a regulação das mídias sociais pode ser usada pelo governo Lula para censurar opositores.

"O governo Lula e o PT não aceitam críticas, não toleram questionamentos, sobretudo quando surgem denúncias escandalosas. (...) Tudo aquilo que contrariar o governo, que expuser suas contradições, seus erros e seus escândalos será rotulado de discurso de ódio ou fake news", afirmou Zucco.

Ele argumentou que a intenção do governo é transformar qualquer crítica e opinião divergente em crime. "É um projeto de censura disfarçado de regulação. Começam pelas redes sociais, mas o próximo passo, e eles nem escondem, é calar a imprensa", frisou.

O argumento, no entanto, não é novo e se fortaleceu com o bloqueio de contas em redes sociais de influenciadores de direita que divulgavam desinformação e incentivavam ataques a integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e à própria ordem democrática.

Quando o ministro Alexandre de Moraes, do STF, bloqueou as contas públicas do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, em 2021, o presidente ainda era Jair Bolsonaro (PL), que falou diversas vezes sobre sua intenção de fechar as portas de alguns veículos de imprensa por publicar notícias negativas sobre o governo.

Em abril de 2020, por exemplo, Bolsonaro chamou a TV Globo de "lixo" por, segundo ele, "deturpar" suas falas sobre o número de mortos por covid-19 no país e ameaçou não renovar a concessão da emissora.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Zucco: "É um projeto de censura disfarçado de regulação"

"Essa imprensa lixo, porcaria. Não vou dar dinheiro para vocês. E, em 2022, não é ameaça não, assim como faço com todo mundo, vai ter que estar direitinha a contabilidade para que possa ter a concessão renovada. Se não estiver tudo certo, não renovo a de vocês nem a de ninguém", disparou Bolsonaro em 30 de abril de 2020.

Em outra ocasião, em 2022, no Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, o então presidente falava sobre o caso de um deputado que foi condenado e cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por afirmar, sem provas, que as urnas foram fraudadas em 2018.

"Não existe especificação penal para fake news. Se for para punir fake news com a derrubada de páginas, fechem a imprensa brasileira, que é uma fábrica de fake news. Em especial, *Globo* e *Folha* (de São Paulo)", afirmou, em 7 de junho de 2022.

Regulação

O STF retomou, na última quarta-feira, o julgamento da responsabilização das redes por conteúdos publicados por usuários. A discussão é em torno do artigo 19 do Marco Civil da Internet, segundo o qual, as plataformas digitais só podem ser responsabilizadas se deixarem de cumprir decisão judicial.

Até o momento, quatro ministros já votaram. O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, entendeu que deve se manter a exigência de ordem judicial apenas para crimes contra a honra. Já os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux votaram pela derrubada total da exigência de ordem judicial.

O quarto voto foi o do ministro André Mendonça, indicado por Bolsonaro à Corte. Ele votou para manter a exigência de ordem judicial para remover qualquer conteúdo. O julgamento prosseguirá na semana que vem.